

Os tempos

Mônica Sette Lopes*

Meu avô, que morreu em 1950, era escrivão de uma pequena cidade. Como ela não era comarca, o cartório era o desaguadouro primeiro de todos os conflitos. Soube, recentemente, que ele andava armado, montado em seu cavalo como nos filmes de cowboy. Não tenho notícia de que tenha atirado em alguém e espero que isto não tenha ocorrido nunca. Já sabia, porém, que era o juiz de paz da cidade, que fazia casamentos, registrava nascimentos, declarava mortes. Dava nome às pessoas. Já sabia que seu cartório foi atingido por várias enchentes. Pouca mudança. Santa Cruz de Escalvado só aparece nos jornais no mês de janeiro, quando os rios de Minas Gerais transbordam.



Meu avô, que não conheci, é o que de mais próximo há na família com alguma ligação ao direito. Vejo seu retrato tão circunspecto e percebo essa conexão pelo avesso. Sua figura simples. Seu olhar de tanta tristeza. A rispidez no trato dos seus.

Meu avô não se formou em direito, porque teve que sustentar a família. Aprendeu de ouvido para resolver as pendências que exigiam declaração e registro no cartório da pequena cidade. As histórias dele com o direito eram, portanto, cheias de condicionais. Se ele tivesse se formado, teria sido um bom

*Juíza da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação da FDUFG e residente do IEAT/UFMG. Doutora em filosofia do direito

advogado. Se ele tivesse tido a oportunidade, teria sido um bom juiz. O *se* reprisado na memória do que não vai mais acontecer. Nunca.

Não sei se a marca desta condicionante impregnou minha alma. Nunca houve outra opção. Direito apenas. Não que achasse o direito bonito, essa ilusão estética com algo que só pode ser belo como a vida e suas mazelas.

O fato é que entrei na faculdade muito assustada. E perdida. Das primeiras aulas, recordo apenas a janela imensa do prédio onde estavam as salas de aula. Ar fresco. Era a única coisa que conseguia entender de verdade. Porque tudo era tão diferente do que poderia imaginar. Havia tantas palavras ali e tantas palavras que não encontrava pela vida afora.

Havia também na mescla dos colegas os mais experientes, é claro, que tinham suas tradições já consolidadas com direito, que viviam em casa a experiência dos ofícios de que ele era ferramenta. Ouvia-os embevecida e cheia de esperanças quando diziam: tudo vai melhorar quando começarmos a manusear um código. E pensava no que seria aquilo: manusear um código. A sensação de que receberia a chave para decodificar um segredo importante.

E os códigos aconteceram. E com eles e apesar deles um exame especial em Direito Penal, porque não acreditava que todos aqueles problemas pudessem caber num código. Aquelas questões típicas dos primeiros períodos: o brasileiro assassinado por um belga num navio canadense em águas chinesas. Que lei aplicar?

As respostas acabaram vindo com o tempo. Não que tivesse encontrado soluções plenas. Na verdade, encontrei perguntas, muitas outras perguntas sem resposta e as fui emendando com a história do direito. E, num canto de página, achei uma frase em Pontes de Miranda que deu o mote: o direito é perfectível. Ele não está pronto. Nem estará nunca. Sempre por fazer. Sempre realizável nas constâncias e inconstâncias.

É assim ser juiz. Cada dia, sem perfeição, sem perfazer. Cada dia a chance do perfectível, do que pode ser mais bem acabado. Melhor. Do que pode ser pior também. Na iminência do risco de errar. Na tentativa de acreditar que tudo pode caber nos códigos, nesse manusear tão instigante da vida. Condicionais de um ofício em que as contingências transbordam. Como o de meu avô.